

Advogados querem Justiça mais rápida e menos cara

Se há prioridade no sector que Alberto Martins vai tutelar, a redução do tempo que os tribunais demoram a decidir é uma delas, dizem os actores judiciais

Miguel Baltazar



Alberto Martins | Entre as prioridades do novo ministro está o criar condições para que todos os operadores contribuam para resolver os problemas da Justiça.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

É lenta, é cara e está, até, ao serviço de “interesses instalados”. Para os advogados que o **Negócios** ouviu, a Justiça que o novo ministro da tutela vai encontrar tem todos estes defeitos e mais alguns. Por isso, se Alberto Martins estabelecer prioridades, deve começar por criar condições para reduzir os tempos de resolução de litígios nos tribunais e baixar o valor das custas judiciais.

“O valor elevado das custas judiciais afasta as pessoas dos tribunais”, acusa António Marinho e Pinto. Até por essa razão, o bastonário da Ordem dos Advogados defende que uma das prioridades da nova equipa da Justiça deveria ser “uma redução substancial das custas judiciais”.

Já para o advogado Rui Amendoeira, as palavras de ordem devem ser “celeridade, celeridade e mais

celeridade processual”. Em sua opinião, tal exige-se porque a confiança no sistema “só será restabelecida se os cidadãos e as empresas acreditarem que os assuntos que entregam à Justiça são resolvidos em tempo útil”.

Esse é um dos principais problemas da Justiça, concorda Manuel Castelo Branco. Tal como sublinha, “para que os tribunais portugueses decidam mais depressa, é essencial rever a lei do processo civil”. Até porque, conforme adianta, essa mesma lei “é formalista, antiquada e causadora de enormes atrasos na prolação de decisões judiciais”.

O advogado António Pinto Leite sublinha, por seu turno, que uma fonte na qual Alberto Martins deve inspirar-se para reduzir os problemas da morosidade no nosso sistema de Justiça é a arbitragem, sobretudo internacional.

“Por que será que um processo arbitral complicadíssimo se resol-

ve em 12 meses e um processo judicial simplicíssimo se resolve em cinco ou seis anos?”, questiona Pinto Leite, para dar nota de que veria com bons olhos a fixação de um tempo máximo para produção da prova.

Afinal uma medida que também Rui Amendoeira defende, e relativamente à qual vai ainda mais longe: “Sempre que possível, devem fixar-se prazos para o proferimento das decisões judiciais, e estabelecerem-se consequências para o não cumprimento desses prazos”.

Para que tudo isto seja possível, Rui Pena quer Alberto Martins a moderar e orientar o que designa por “magna tarefa”: “A primeira prioridade deve ser a de pôr todos os operadores do mesmo lado, não para discutirem os problemas corporativos de cada um mas para procurarem as soluções que tragam de volta a credibilidade e a respeitabilidade do sector”.

O valor elevado das custas judiciais afasta as pessoas dos tribunais.

ANTÓNIO MARINHO E PINTO
Bastonário da Ordem dos Advogados

Juristas desafiam novo ministro Alberto Martins a assumir prioridades

O bastonário, a presidente da ANJAP e quatro outros advogados com responsabilidade em algumas das principais sociedades portuguesas

aceitaram o desafio do Negócios e apontam as questões a que o novo ministro da Justiça deve dar prioridade

JOÃO MALTEZ jmaltez@negocios.pt



António Marinho e Pinto defende que a acção executiva volte para a alçada dos juízes.

Fim à desjudicialização e às custas judiciais caras

O bastonário da Ordem dos Advogados considera que há dois aspectos que devem ser prioritários para o futuro ministro da Justiça. António Marinho e Pinto defende que é preciso “pôr cobro à desjudicialização da Justiça”. Em particular, considera que a acção executiva deve voltar à soberania dos juízes. Isto porque está nas mãos de “profissionais liberais que nem sequer são licenciados em Direito”, acusa o bastonário, referindo-se aos agentes de execução, actor judicial criado pela reforma da então ministra Celeste Cardona.



Manuel Castelo Branco defende que todos se devem entender para reabilitar a Justiça portuguesa.

É preciso fazer a revisão da lei do processo civil

“O Governo, bem como todos os principais intervenientes na administração da Justiça em Portugal (juízes, advogados, magistrados do Ministério Público, funcionários de investigação criminal, funcionários judiciais, solicitadores), tem a enorme responsabilidade de reabilitar a Justiça Portuguesa”, defende o advogado Manuel Castelo Branco. Conforme adianta, “um dos principais problemas da Justiça Portuguesa reside na morosidade dos tribunais”, o que poderá ser invertido, diz, revendo a lei do processo civil.



Rui Pena aconselha Alberto Martins a não fazer mudanças à pressa.

Mudar o que está mal, mas sem novas experiências

O advogado Rui Pena considera que o novo ministro “não deve ter pressa em alterar o que está mal, só porque está mal, mas encontrar aqueles que lidam com os problemas e os sentem”, bem como “a causa do mal, e então erradicá-la”. Defende esta ideia porque, como evidencia, “a Justiça não é um laboratório”. Ou seja, sublinha, “não se pode experimentar com a vida, com a honra, com a segurança, nem com os bens dos portugueses”. Até por isso, quer que os diferentes actores judiciários unam esforços pela reabilitação da Justiça.



Rui Amendoeira defende a responsabilização dos agentes judiciários que não travem uma justiça célere.

Restabelecer a confiança dos cidadãos na Justiça

“A confiança na Justiça só será restabelecida se os cidadãos e as empresas acreditarem que os assuntos que entregam à Justiça são resolvidos em tempo útil.” A opinião é do advogado Rui Amendoeira. Nesse sentido, sublinha, devem ser tomadas medidas mais agressivas e quebrar tabus quando for necessário. Rui Amendoeira defende a responsabilização efectiva dos agentes judiciários (todos eles), que, em casos de desinteresse ou negligência, “não contribuem para a celeridade da Justiça”.



Pinto Leite diz que os gestores que faltam nos tribunais devem ser juízes com formação em gestão.

Tribunais das grandes comarcas devem ter gestores

“O problema da Justiça é um problema de gestão”, sublinha o advogado António Pinto Leite. Até pelo que diz, sustenta que a principal medida que o Governo deve tomar é a de criar o “gestor dos tribunais”, sobretudo nas grandes comarcas. “Pode inspirar-se na figura do ‘managing partner’ das grandes sociedades de advogados, que gerem centenas de pessoas”, aconselha, para acrescentar que este gestor deve ser um juiz reconhecido pelos seus pares, com vocação e formação em gestão, tendo a sua equipa e o necessário “coaching” inicial.



Joana Pascoal quer a Justiça ao serviço da população em geral, e não só de alguns.

Coragem para combater “interesses instalados”

A nova equipa da Justiça deve ter coragem para combater os “interesses instalados”. Quem o diz é Joana Pascoal, presidente da Associação Nacional dos Jovens Advogados Portugueses. Ter “coragem e não fraquejar” é um dos desafios que a também advogada lança ao ministro Alberto Martins, sustentando que só desse modo será possível fazer com que a Justiça deixe de estar ao serviço de alguns, para ser colocada ao serviço de todos os cidadãos portugueses.